

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.350 - SP (2019/0321350-3)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RECORRIDO : TIAGO GOMES DE MELO**  
**ADVOGADO : LUÍS WANDERLEY ROSSETTI - SP101020**

**EMENTA**

PENAL. PROCESSO PENAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. RECURSO ESPECIAL. RECEPÇÃO. CORRUPÇÃO DE MENOR. ABSOLVIÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PLEITO MINISTERIAL. CONDENAÇÃO. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO INIMPUTÁVEL. DESNECESSIDADE. DELITO FORMAL. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RESP 1.127.954/DF. SÚMULA 500/STJ. SÚMULA 568/STJ. INCIDÊNCIA. PARECER DO MPF FAVORÁVEL. EFEITOS EXTENSIVOS. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CPP. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça daquele Estado.

Consta dos autos que o recorrido foi condenado à pena de **02 (dois) anos de reclusão**, em regime inicial **aberto**, mais 10 dias-multa, pela prática dos delitos previstos no art. 180, **caput**, do Código Penal, e no art. 244-B da Lei n. 8.069/90. A pena corporal foi substituída por restritivas de direitos. (fl. 273).

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** deu parcial provimento ao apelo interposto pela Defesa para absolver o recorrido da imputação do art. 244-B da Lei n. 8.069/90, e, por conseguinte, reduzir a reprimenda corporal.

Nas razões do recurso especial (fls. 284/343), o **Parquet** sustenta, além da divergência jurisprudencial, violação ao artigo 244-B da Lei n. 8.069/90,

pela consideração do v. acórdão recorrido no sentido de que não se pode presumir o delito de corrupção de menores a partir do simples cometimento do crime em conjunto.

Informa, no ponto, que: "*[o] Colendo Superior Tribunal de Justiça, por meio das suas duas Turmas Criminais, tem entendido que o crime de corrupção de menores, previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (antigo art. 1º da Lei nº 2.252/54) é de natureza formal, dispensando comprovação da efetiva corrupção, bastando, para sua configuração, a prova de participação de menor de 18 anos em crime juntamente com agente imputável.*" (fl. 324). Aponta, também, a Súmula 500 do STJ.

No mesmo compasso, como fulcro o artigo 105, III, c, da Carta Maior, busca o recorrente demonstrar a ocorrência de dissídio jurisprudencial acerca da interpretação do artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, apontando os seguintes julgados como acórdão paradigma: REsp 1.160.429/MG e REsp 1.127.954/DF.

Pretende, portanto, a cassação do v. acórdão recorrido para que se restabeleça a r. sentença condenatória no ponto em que condenou o recorrido pelo delito previsto no art. 244-B do ECA, com efeito extensivo ao corréu, conforme prevê o art. 580 do Código de Processo Penal.

Contrarrazões não apresentadas (certidão de fl. 382), o recurso foi admitido na origem (fls. 384/385) e os autos ascenderam a esta eg. Corte de Justiça.

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo **provimento** do recurso especial. (fl. 398/400).

É o relatório.

**Decido.**

**O recurso merece prosperar, em parte.**

Para delimitar a **quaestio**, transcrevo, no ponto, excertos do v.

acórdão do eg. Tribunal **a quo**, que assim analisou a questão (fls. 277/279, destaquei):

***"No que refere ao delito de corrupção de menores, as provas coligadas não foram suficientes para comportar uma condenação.***

***A posição acolhida por esta Turma Julgadora é de que o crime previsto no artigo 244-B da Lei 8.069/90 exige prova efetiva da corrupção ou facilitação, não se podendo presumi-las a partir do simples cometimento do crime em conjunto.***

***Não se desconhece que a Colenda 3ª Turma do Excelso Superior Tribunal de Justiça, no julgamento de recursos especiais representativos de controvérsia, ambos de Relatoria do eminente Min. Marco Aurélio Bellizze (REsp nº 1.112.326/DF e REsp nº 1.127.954/DF), decidiu que "para a configuração do crime de corrupção de menores, atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal".***

***Contudo, e tributado o devido respeito ao douto entendimento lançado nos aludidos arestos, tem-se que a configuração do crime em discussão é de natureza material e, portanto, exige prova efetiva de que o menor foi vítima de corrupção, até porque não se pode corromper aquele que já está corrompido.***

***No caso dos autos, como dito alhures, não se demonstrou que o apelante tenha estimulado a criminalidade ou, ainda, facilitado a perversão dos menores, e afigurava-se indispensável a efetiva comprovação da anterior inocência destes, assim como de que a perderam em virtude da ação criminosa praticada juntamente com aquele, ônus, aliás, do qual não se desincumbiu a Acusação.***

***Ser coadjuvante de maior de idade, na prática de delito, não significa, autonomamente, tenha sido o menor corrompido pelo maior, ou que este facilitara a perversão daquele.***

***Basta que se tenha em mente que inúmeras quadrilhas de roubadores são lideradas por menores, não passando os maiores e pretensamente sempre os corruptores, caso adotado o novel entendimento de meros auxiliares.***

***Desta feita, no que toca ao delito de corrupção de menores, recomendável a adoção do non liquet, com a consequente exculpação do recorrente.***

***Um dos reflexos dos recursos é o efeito extensivo que visa evitar, tanto quanto possível, decisões iníquas ou contraditórias, possibilitando o aproveitamento do recurso também àquele que não o interpôs, se forem idênticas as situações de todos no mesmo processo.***

***Constatada a similitude das circunstâncias fáticas e processuais e que a decisão não está fundada em motivo exclusivamente pessoal, como é o caso destes autos, forçosa a aplicação do disposto no artigo 580, do Código de Processo Penal, com relação ao correu Ronaldo César Gonçalves, que não recorreu da r. sentença.***

*A reprimenda do crime de receptação, fixada definitivamente no mínimo legal, com o estabelecimento do regime prisional aberto, não comporta reparo."*

Da análise do trecho acima, verifico que o v. acórdão recorrido está em desarmonia com a jurisprudência deste Sodalício, segundo a qual o delito inserto no art. 244-B da Lei n. 8.096-90 é **formal**, sendo prescindível qualquer prova da efetiva corrupção do menor. Insta apontar, a propósito, acórdão oriundo da 3ª Seção que, em sede de **recurso representativo da controvérsia**, sedimentou a tese ora referida:

***"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PENAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO INIMPUTÁVEL. DESNECESSIDADE. DELITO FORMAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DECLARADA DE OFÍCIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 61 DO CPP.***

***1. Para a configuração do crime de corrupção de menores, atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal.***

***2. Recurso especial provido para firmar o entendimento no sentido de que, para a configuração do crime de corrupção de menores (art. 244-B do ECA), não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal; e, com fundamento no artigo 61 do CPP, declarar extinta a punibilidade dos recorridos Célio Adriano de Oliveira e Anderson Luiz de Oliveira Rocha, tão somente no que concerne à pena aplicada ao crime de corrupção de menores"* (REsp 1127954/DF, **Terceira Seção**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe 1/2/2012, grifei).**

No mesmo sentido, o Enunciado 500 da Súmula deste Superior

Tribunal de Justiça, que dispõe: "A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal".

E, ainda, em reforço, entendimento das eg. Quinta e Sexta Turmas desta eg. Corte Superior:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DELITO PRATICADO EM COMPANHIA DE ADOLESCENTE. CONDENAÇÃO PELO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENOR. SÚMULA 500/STJ.**

*A jurisprudência deste STJ, o delito inserto no art. 244-B da Lei n. 8.096-90 é formal, sendo prescindível qualquer prova da efetiva corrupção do menor. Recurso representativo da controvérsia REsp 1127954/DF.*

*Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1664257/MG, **Quinta Turma**, de relatoria do **Min. Felix Fisher**, DJe 28/02/2018).*

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. CORRUPÇÃO DE MENORES. DELITO FORMAL. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. ELEMENTO VÁLIDO PARA MAJORAR A PENA NA SEGUNDA FASE E PARA AFASTAR A CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. NÃO OCORRÊNCIA DE BIS IN IDEM. AGRAVO NÃO PROVIDO.[...]**

*2. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.127.954/DF, firmou entendimento no sentido de que "para a configuração do crime de corrupção de menores, atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal" (REsp 1.127.954/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 1/2/2012).*

*3. O reconhecimento da reincidência do réu é elemento suficiente para impedir a aplicação do redutor, por ausência de preenchimento dos requisitos legais, nos termos do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, bem como para majorar a pena na segundo fase, sem se falar em bis in idem.*

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 1346573/RS, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, DJe 19/12/2018)

*"RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 244-B, DA LEI 8.069/90. CORRUPÇÃO DE MENORES. CRIME FORMAL. ATOS INFRACIONAIS ANTERIORES. CONSUMAÇÃO. RECURSO PROVIDO.*

1. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Recurso Especial 1.127.954/DF, representativo da controvérsia, firmou entendimento de que, para consumação do delito de corrupção de menores - art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente - não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, pois o mencionado delito possui natureza formal. *Precedente.*

2. As Turmas que compõem a Terceira Seção deste Sodalício passaram a adotar o entendimento jurisprudencial no sentido de que o crime de corrupção de menores, delito de natureza formal, consuma-se independente do menor infrator já ter praticado outros atos infracionais, inexistindo qualquer exigência da comprovação da efetiva corrupção para que se considere praticado o mencionado delito. *Precedentes.*

3. Recurso provido." (REsp 1674743/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe 31/08/2018)

Dessa forma, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em **desconformidade** com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da **Súmula n. 568/STJ**, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

**Por outro lado**, quanto ao pedido formulado pelo Parquet, no apelo nobre, de atribuição de efeito extensivo ao corrêu, a teor do art. 580, **caput**, do Código de Processo Penal, diviso que o reclamo **não** merece acolhimento.

Com efeito, somente é possível a extensão **benéfica** dos efeitos da decisão proferida em recurso que haja sido interposto por algum dos corrêus, àqueles que não tenham recorrido no autos, e, ainda assim, desde que a fundamentação não seja de caráter exclusivamente pessoal. Portanto, **in casu**, não

se pode aplicar a regra em prejuízo de corréu, porquanto não é possível a extensão, a outros acusados, dos efeitos de decisão judicial desfavorável proferida no processo.

Da doutrina de Eugênio Pacelli e de Douglas Fischer, no mesmo sentido:

**"Vê-se desde já que a norma sob exame não se destina ao titular da ação penal, mas unicamente àqueles que figurem no polo passivo da ação criminal, não importando em que condição: se autor ou partícipe. Deflui que em hipótese de fato criminoso cometido nos termos do art. 29, CP (quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade), o provimento eventual de recurso deverá ser estendido aos demais envolvidos no fato caso não tenham recorrido ou, em hipótese positiva, não tenha sido objeto de impugnação específica tal como no caso da irresignação provida."** (Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência, São Paulo: Ed. Atlas, 9ª ed. rev. atual., 2017, p. 893, grifei).

Da jurisprudência desta eg. Corte Superior: "[o] efeito expansivo subjetivo dos recursos, disciplinado no art. 580 do Código de Processo Penal, não enseja a atribuição da condição de recorrente ao corréu que não consta do recurso. Ademais, não tem incidência quando a parte interpôs seu próprio recurso nem quando a matéria analisada tem índole eminentemente pessoal. Assim, o efeito expansivo visa principalmente beneficiar o corréu, caracterizando-se patente error in judicando a extensão dos efeitos em prejuízo do paciente, que alcançou resultado mais favorável no julgamento de sua apelação individual." (HC 163.480/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe 25/03/2013).

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, incisos II e III, do Regimento Interno do STJ, **dou parcial provimento ao recurso especial**, para restabelecer a r. sentença condenatória tão somente quanto à condenação pela prática do delito previsto no art. 244-B do ECA.

P. e I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator